



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE RIO GRANDE EM 19.08.2016

Aos 19 dias do mês de agosto de 2016, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de Rio Grande a Excelentíssima Senhora **MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada das Assistentes da Secretaria da Corregedoria, Adriana Stangler e Ceci Franzen Matte, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0003759-77.2016.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Diretora do Foro Simone Silva Ruas, pela Coordenadora Cláudia de Felipe Rodrigues, pela Assistente Karen Christie Louro Mano Marques e pelos demais servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

**Data da última correição realizada:** 26.08.2015

**Data de Implantação do PJe:** 11.12.2012

**Jurisdição:** Rio Grande e São José do Norte.

**1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 19.08.2016**

### 2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/FUNCIONAL

#### **2.1 DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA**

Juíza Diretora do Foro	Titularidade
<b>Simone Silva Ruas</b>	1ª Vara do Trabalho de Rio Grande

#### **2.2 SERVIDORES**

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Rio Grande gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos arts. 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria Regional.



## 2.2.1 Servidores Lotados

<b>Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro</b>				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Cláudia de Felipe Rodrigues	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Coordenadora (CJ1)</b>	14.04.2014
2	Karen Christie Louro Mano Marques	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	07.01.2013
3	Ernesto Luiz Castro	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	07.01.2013
4	José Luiz da Silva Mattos	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	<b>09.02.2004</b>
5	Tomaz Alexandre Rembowski***	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	<b>15.02.1995</b>
6	Rudimar Dombkewitsch Sartori**	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	<b>12.03.2001</b>
7	Júlio Cesar Souza Berchon Des Essarts*	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	<b>28.05.2007</b>
8	Diogo Votto Fernandes	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	<b>17.02.2010</b>

<b>Servidores Lotados na Central de Mandados</b>				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Luiz Carlos de Souza	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>08.07.2009</b>
2	Felipe Solano Moreira Monteiro da Franca	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>15.08.2012</b>



3	Luís Fernando Guerreiro Gonçalves	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>27.05.2013</b>
4	Márcio Fernando Bratz	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>29.07.2014</b>
5	Felipe Matozo Knopp <i>(Em férias)</i>	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>02.03.2015</b>
6	Guilherme Agulham	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>25.05.2015</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 11.07.2016 e revisão em 10.08.2016)

\* Servidor registra lotação anterior na Unidade Judiciária 15.10.1990 a 28.05.1995.

\*\* Servidor registra lotação anterior na Unidade Judiciária de 12.06.1989 a 02.12.1990.

\*\*\* Servidor registra lotações anteriores na Unidade Judiciária de 24.01 a 18.09.1994 e de 19.12.1994 a 09.01.1995

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

O art. 6º, §2º, da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal instalar Foros quando da existência de mais de uma Vara do Trabalho na localidade, podendo provê-lo com quantitativo adequado de servidores para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte, sem prejuízo da lotação prevista para as Varas do Trabalho, estabelecida no Anexo III da referida Resolução.

Já o art. 7º, parágrafo único, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.

## 2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o período correccionado

Servidores Lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro			
Servidor	Motivo	Nº de Dias de Afastamento	Total (em dias)
Cláudia de Felipe Rodrigues	Curso ou Evento	3	4
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
Diogo Votto Fernandes	Licença Paternidade (PAT)	5	5



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Ernesto Luiz Castro</b>	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	9	<b>9</b>
<b>José Luiz da Silva Mattos</b>	Doença em Pessoa da Família	4	<b>24</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	19	
	Licença para Tratamento de Saúde - Odonto (LTS)	1	
<b>Júlio Cesar Souza Berchon des Essarts</b>	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	27	<b>28</b>
	Licença para Tratamento de Saúde - Odonto (LTS)	1	
<b>Karen Christie Louro Mano Marques</b>	Doença em Pessoa da Família	1	<b>2</b>
	Licença para Tratamento de Saúde - Odonto (LTS)	1	
<b>Rudimar Dombkewitsch Sartori</b>	-	-	-
<b>Tomaz Alexandre Rembowski</b>	-	-	-

**Servidores Lotados na Central de Mandados**

Servidor	Motivo	Nº de Dias de Afastamento	Total (em dias)
<b>Felipe Matozo Knopp*</b> (Desde 02.03.2015)	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	18	<b>19</b>
	Licença para Tratamento de Saúde - Odonto (LTS)	1	
<b>Felipe Solano Moreira Monteiro da Franca</b>	Doença em Pessoa da Família	4	<b>22</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	16	
	Fruição dos dias trabalhados nas eleições (TREf)	2	
<b>Guilherme Agulham*</b> (Desde 25.05.2015)	-	-	-
<b>Luis Fernando Guerreiro Goncalves</b>	-	-	-



<b>Luiz Carlos De Souza</b>	Fruição dos dias trabalhados nas eleições (TREF)	12	<b>12</b>
<b>Márcio Fernando Bratz</b>	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 12.08.2016)

\* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

## 2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correccionado

Considerando sua influência nos dados estatísticos, registra-se o **movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015**. Na Unidade inspecionada, houve restrição de horário do expediente externo para o período das 14h às 18h a partir de 09.06.2015 até o fim do movimento paredista e suspensão temporária do atendimento oferecido pela sala de apoio da Direção do Foro no Prédio II da Justiça do Trabalho, centralizando sua atividade no Prédio I, restrito ao referido horário, conforme a Portaria nº 01/2015, expedida pela Juíza Titular Simone Silva Ruas, então no exercício da Direção do Foro.

## 2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

<b>Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro</b>					
	Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	<b>Carolina Maia Dos Santos Mantovani De Oliveira</b>	1º.02.2016	<b>15.03.2016</b>	1 mês e 15 dias	Lotação na 1ª Vara do Trabalho de Rio Grande

<b>Servidores Lotados na Central de Mandados</b>					
	Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	<b>Giovana Carvalho Giordano</b>	30.05.2008	<b>29.01.2015</b>	8 meses	Lotação na Central de Mandados de <b>Porto Alegre</b>
2	<b>Fabricio Carvalho Franco</b>	15.10.2012	<b>29.03.2015</b>	2 anos, 5 meses e 15 dias	Lotação na Central de Mandados de <b>Santa Cruz do Sul</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 12.08.2016)



### **3 ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO**

#### **3.1 EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS**

<b>CERTIDÕES NEGATIVAS</b>			
	<b>Certidões Expedidas</b>	<b>Emolumentos arrecadados</b>	<b>Emolumentos dispensados</b>
2014	1.106	R\$ 5.351,23	R\$ 768,39
Média mensal - 2014	92,17	R\$ 445,94	R\$ 64,03
2015	833	R\$ 3.692,80	R\$ 913,83
Média mensal - 2015	69,42	R\$ 307,73	R\$ 76,15
Variação 2014-2015	-24,68%	-30,99%	18,93%
2016 (até 31.07)	444	R\$ 1.975,77	R\$ 484,58
Média mensal – 2016	63,43	R\$ 282,25	R\$ 69,23
Variação 2015-2016	-8,63%	-8,28%	-9,10%

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 04.08.2016)

Conforme os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram fornecidas pela Unidade, em média, 69,42 certidões negativas por mês em 2015, média 24,68% inferior à verificada no ano anterior. Da mesma forma, os dados dos seis primeiros meses de 2016 apontam média de 63,43 certidões negativas expedidas por mês, 8,63% menor que a média de 2015. Via de regra, as certidões negativas solicitadas são entregues no prazo de 24 horas.

A documentação necessária para confecção da certidão é conferida ao ser protocolado o requerimento e devolvida à parte. Após a expedição da certidão, as guias comprovantes de recolhimentos de emolumentos (GRU) ou cópia do documento que comprove hipossuficiência são arquivadas na Unidade.

#### **3.2 UNIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS**

##### **3.2.1 Reclamadas**

<b>UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS</b>			
	<b>Unificadas</b>	<b>Não unificadas</b>	<b>Total</b>
<b>Reclamadas</b>	17.582 - 97,77%	401 – 2,23%	17.983
<b>Processos com reclamadas</b>	61.266 (totalmente) – 99,22%	152 – 0,25%	61.750
	332 – 0,54%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.08.2016, 17h58min)



Em observância ao disposto no §4º do art. 41 da CPCr, os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região. Considerando que a tramitação processual das ações distribuídas a partir do dia 11.12.2012 passou a ser feita exclusivamente pelo sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), consoante disciplinado pela Portaria Conjunta TRT4 nº 7.951/2012, apenas nos processos que ainda tramitam por meio físico se faz necessária a unificação de dados cadastrais.

Conforme as informações prestadas pela Coordenadora, a unificação dos dados cadastrais das reclamadas no sistema inFOR é realizada mediante consulta na base de dados do sítio da Receita Federal, por meio da funcionalidade “Informações ao Judiciário”. Atualmente, dado o volume de serviço, a unificação de dados cadastrais tem sido realizada mediante solicitação.

De acordo com os dados do sistema informatizado, consultados no dia 02.08.2016, 97,77% das reclamadas do Foro de Rio Grande encontravam-se com cadastro unificado. Os processos com cadastro de reclamadas totalmente unificado representavam 99,22% dos que tramitam no Foro. Esses números apontam pequena involução em relação aos dados colhidos na Inspeção Correccional de 2015, cujo número de reclamadas que se encontravam pendentes de unificação era de 388, correspondendo a um percentual de 2,18%.

### 3.2.2 Endereços de advogados

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ENDEREÇOS DE ADVOGADOS				
		Unificados	Não unificados	Total
<b>Endereços dos Advogados</b>		3.416 – 51,27%	3.247 – 48,73%	6.663
<b>Processos com Endereços de Advogados</b>	<b>Reclamante</b>	46.164 (totalmente) – 74,76%	14.004 – 22,68%	61.750
		1.582 (parcialmente) – 2,56%		
	<b>Reclamada</b>	32.123 (totalmente) – 52,02%	24.655 – 39,93%	
		4.972 (parcialmente) – 8,05%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.08.2016, 18h00min)

Consoante os dados do sistema informatizado inFOR, 51,27% dos endereços de advogados cadastrados no Foro de Rio Grande encontravam-se unificados, restando 3.247 endereços de advogados não unificados (48,73%). Além disso, nos processos cadastrados na Comarca, os endereços dos advogados de reclamantes vinculados se encontravam totalmente unificados em 74,76% dos processos, enquanto os processos com endereços de advogados de reclamadas totalmente unificados alcançaram 52,02%.

Salienta-se que, na comparação com a Inspeção Correccional do ano de 2015, houve ligeira evolução no percentual de unificações de endereços de advogados, quando constatado que 50,46% dos endereços de advogados possuíam cadastro unificado em 17.08.2015; por sua vez, o número de endereços de advogados não unificados era de 3.238.



### 3.2.3 Órgãos

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ÓRGÃOS			
	Unificados	Não unificados	Total
<b>Órgãos</b>	677 – 68,66%	309 – 31,34%	986
<b>Processos com Órgãos</b>	3.114 – 92,02%	270 – 7,98%	3.384

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.08.2016, 18h00min)

De acordo com o sistema informatizado, no dia 02.08.2016, 68,66% do cadastro de órgãos públicos se encontrava unificado. Em relação aos processos com Órgãos unificados vinculados, 92,02% deles se encontravam unificados. Na comparação com os dados obtidos na Inspeção Correccional do ano de 2015, verifica-se que houve a unificação de apenas 06 órgãos no período entre as duas correições – aumentando em 0,19% o percentual de cadastros unificados.

### 3.3 CADASTRAMENTO DE PROCESSOS FÍSICOS NO SISTEMA INFORMATIZADO

DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES				
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até julho)
Ação Cautelar	0	1	-	1
Ação Civil Pública	0	0	-	1
Ação de Cobrança de Contribuição Sindical	0	1	-	0
Ação de consignação	0	0	-	2
Ação de cumprimento	3	0	-100,00%	13
Ação de indenização	0	0	-	2
Ação declaratória	1	0	-100,00%	0
Ação monitória	0	1	-	4
Carta de sentença	1	2	100,00%	1
Embargos de terceiro	19	36	89,47%	1
Outros	0	2	-	0
Reclamatória-ordinário	65	474	629,23%	484
Reclamatória-sumaríssimo	19	53	178,95%	160
TEE conciliação da CCP	0	0	-	5
TEE multa DRT	0	0	-	11
<b>TOTAL</b>	<b>108</b>	<b>570</b>	<b>427,78%</b>	<b>685</b>





<b>MÉDIA POR MÊS</b>	<b>9,00</b>	<b>47,50</b>	<b>427,78%</b>	<b>97,89</b>
----------------------	-------------	--------------	----------------	--------------

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 04.08.2016)

Considerando que a tramitação processual passou a ser feita exclusivamente pelo sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), conforme já informado no item 3.2.1, o número de processos físicos cadastrados reduziu drasticamente de 2013 em diante. Todos os processos cadastrados nos últimos 3 anos são ações incidentais de processos físicos que já se encontravam tramitando (ações cautelares, embargos de terceiros, cartas de sentença, etc.) ou de processos físicos em que houve necessidade de redistribuição entre as varas constantes do Foro.

No ano de 2015 foram distribuídos 570 processos, registrando-se uma média mensal de 47,50 distribuições. Esse número foi superior às ações distribuídas em 2014, constatando-se um aumento de 427,78% na média mensal de processos físicos cadastrados. Em números absolutos, as reclamações trabalhistas do rito sumaríssimo e as reclamações trabalhistas do rito ordinário foram objeto das maiores elevações na comparação com os dados de 2014, registrando-se aumento de 34 e 409 cadastramentos, respectivamente, em 2015.

A seu turno, nos sete primeiros meses do ano de 2016, foram cadastrados 685 processos físicos no Foro de Rio Grande, registrando-se uma média mensal de 57,08 distribuições, número que corresponde a um aumento de 106,02% na média mensal de distribuições.

### 3.4 PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES

<b>Petições e documentos protocolados</b>			
	<b>Total</b>	<b>Dias úteis</b>	<b>Média/dia</b>
<b>2014</b>	16.060	228	70,44
<b>2015</b>	11.755	222	52,95
<b>Varição 2014-2015</b>	-26,81%	-2,63%	-24,83%
<b>2016 (até julho)</b>	5.606	128	43,8
<b>Varição 2015-2016</b>	-52,31%	-42,34%	-17,29%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 04.08.2016)

No ano de 2015 foram protocolizadas 11.755 petições vinculadas a processos físicos no Foro, correspondendo a uma média de 52,95 registros diários de petições. Na comparação com os números do ano anterior, verifica-se uma queda de 24,83% na média de petições e documentos protocolizados. Isso porque, assim como no cadastro de processos físicos, o registro de petições e documentos protocolizados nos processos físicos vêm apresentando redução após a implantação do processo judicial eletrônico PJe-JT no Foro Trabalhista de Rio Grande.



Por sua vez, no período de janeiro a julho de 2016, a média diária de protocolo de petições caiu para 43,8 (queda de 17,29%).

### **3.5 ARQUIVO**

Nos termos do art. 50, V, da CPCR, incumbe à Coordenadora da Distribuição dos Feitos organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho. O arquivo das Varas do Trabalho de Rio Grande fica em sala contígua à Coordenadoria de Distribuição dos Feitos. Os processos arquivados são encaminhados em lotes pelas Varas do Trabalho, fazendo-se a conferência da lista de arquivamento com os processos enviados. Após, é realizada a identificação do lote e a remessa dos processos ao arquivo.

Conforme a vistoria feita na data da inspeção correcional, o arquivo encontrava-se muito bem organizado, de forma a tornar ágil a localização dos processos arquivados.

### **3.6 LIVRO CARGA DE ADVOGADOS**

A partir da análise do livro carga de processos arquivados constante do sistema informatizado inFOR, constatou-se não haver processos em carga com prazo de devolução vencido, sem a cobrança de devolução dos autos nos dez dias subsequentes, o que demonstra o procedimento diligente adotado pela gestora.

## **4 ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS**

### **4.1. DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS**

Conforme o disposto no art. 123 da CPCR, o território da jurisdição em que está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em setores, na proporção do número de servidores em exercício responsáveis pela execução de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento (não excedente a seis meses) para fins de distribuição e cumprimento.

A Coordenadora da Central de Mandados informou que a jurisdição do Foro Trabalhista de Rio Grande está dividida em 05 setores, e o revezamento dos Oficiais de Justiça entre os setores é realizado a cada 02 meses.

### **4.2 DISTRIBUIÇÃO E DEVOLUÇÃO DOS MANDADOS**

Consoante o relato da Coordenadora da Central de Mandados, a distribuição dos mandados de processos físicos é feita uma vez por semana, enquanto os mandados recebidos pelo sistema PJe são distribuídos diariamente de forma automática pelo sistema. Os mandados urgentes e de plantão são distribuídos imediatamente ao oficial de justiça plantonista na respectiva data.

O exame das certidões e dos autos lavrados pelos oficiais de justiça avaliadores é feito pela Coordenadora da Distribuição dos Feitos e, em seus impedimentos, por seu substituto legal, nos termos do art. 122, VIII, da CPCR. Após essa análise, a devolução dos mandados de processos físicos é feita, no mínimo, duas vezes por semana. Os mandados do sistema PJe são devolvidos



automaticamente pelo sistema à medida em que vão sendo cumpridos pelos oficiais de justiça.

### 4.3 EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

#### 4.3.1. Mandados recebidos das Varas do Trabalho

Processos Físicos		
	Total	Média mensal
<b>2014</b>	1.426	118,83
<b>2015</b>	1.099	91,58
<b>Variação 2014-2015</b>	-22,93%	-22,93%
<b>2016 (até julho)</b>	551	78,71
<b>Variação 2015-2016</b>	-49,86%	-14,05%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 04.08.2016)

Processos Eletrônicos (PJe-JT)		
	Total	Média mensal
<b>2014</b>	1.431	119,25
<b>2015</b>	2.027	168,92
<b>Variação 2014-2015</b>	41,65%	41,65%
<b>2016 (até julho)</b>	1.686	240,86
<b>Variação 2015-2016</b>	-16,82%	42,59%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 04.08.2016)

Em 2015, a Central de Mandados de Rio Grande recebeu 3.126 mandados, sendo 1.099 de processos físicos e 2.027 de processos eletrônicos. Dessa forma, a média mensal alcançou 260,50 mandados recebidos, 9,42% maior do que a média verificada em 2014. Por sua vez, nos primeiros sete meses de 2016 foram recebidos 2.237 mandados, dos quais 551 de processos físicos e 1.686 de processos eletrônicos. A média geral de mandados recebidos por mês alcançou 319,57, 22,68% superior à média de 2015.

Em face da implantação do PJe-JT no Foro, verificou-se redução de 14,05% na média mensal de mandados oriundos de processos físicos em 2016, ao passo que a média de mandados de processos eletrônicos subiu 42,59% no mesmo período.



#### 4.3.2. Cumprimento de mandados

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS FÍSICOS				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até julho)
<b>Busca e Apreensão</b>	47	17	-63,83%	11
<b>Citação</b>	384	264	-31,25%	159
<b>Condução de Testemunha</b>	4	1	-75,00%	2
<b>Notificação</b>	318	287	-9,75%	142
<b>Penhora</b>	347	304	-12,39%	127
<b>Outros</b>	323	237	-26,63%	102
<b>Total</b>	<b>1.423</b>	<b>1.110</b>	<b>-22,00%</b>	<b>543</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 04.08.2016)

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até julho)
<b>Intimação</b>	0	0	-	0
<b>Notificação</b>	1.149	1.530	33,16%	1.074
<b>Mandado</b>	203	410	101,97%	486
<b>Ofícios</b>	104	91	-12,50%	90
<b>Total</b>	<b>1.456</b>	<b>2.031</b>	<b>39,49%</b>	<b>1.650</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 04.08.2016)

Foram cumpridos 3.141 mandados pelos oficiais de justiça avaliadores em 2015, dos quais 1.110 oriundos de processos físicos e 2.031 de processos eletrônicos. Dessa forma, houve elevação de 262 mandados cumpridos em 2015 na comparação com 2014, correspondendo a uma elevação de 9,10%.

Em relação aos tipos de diligência, nos processos físicos, a penhora foi a espécie mais frequente em 2015 (304), seguida pela notificação (287), enquanto em 2016 o tipo de diligência mais comum passou a ser a citação (159) seguida pela notificação (142). Já nos processos eletrônicos, tanto em 2015 como em 2016, as notificações foram as mais frequentes, seguidas pelos mandados de execução.



### 4.3.3 Tempo médio para cumprimento dos mandados

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS FÍSICOS				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até julho)
<b>Busca e Apreensão</b>	6,17	5,53	-10,39%	13,73
<b>Citação</b>	9,40	8,60	-8,56%	5,09
<b>Condução de Testemunha</b>	19,00	1.135,00	5873,68%	14,00
<b>Notificação</b>	8,33	7,56	-9,16%	5,11
<b>Penhora</b>	17,92	12,40	-30,81%	8,99
<b>Outros</b>	6,25	5,99	-4,10%	3,00
<b>Prazo Médio Geral</b>	<b>10,44</b>	<b>9,78</b>	<b>-6,32%</b>	<b>5,82</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 04.08.2016)

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até julho)
<b>Intimação</b>	-	-	-	-
<b>Notificação</b>	4,60	6,70	45,65%	3,16
<b>Mandado</b>	7,81	9,56	22,31%	3,69
<b>Ofício</b>	3,54	4,99	40,99%	2,29
<b>Prazo Médio Geral</b>	<b>9,69</b>	<b>7,20</b>	<b>-25,71%</b>	<b>7,23</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 04.08.2016)

Em termos gerais, o tempo médio para cumprimento dos mandados de processos físicos pela Central de Mandados de Rio Grande caiu 6,32% em 2015, na comparação com o ano anterior. Em relação ao tempo de cumprimento de cada tipo de mandado em 2015, constata-se que, excetuadas as conduções de testemunhas (cujo número total é ínfimo, e tendo em vista que o mandado deve ser cumprido, preferencialmente, em data próxima à realização da audiência), as penhoras possuem o maior prazo médio de cumprimento pelos oficiais de justiça avaliadores (levando, em média, 12,40 dias), seguidas pelas citações, cuja média foi de 8,60 dias. Por outro lado, o cumprimento mais célere é verificado nos mandados de busca e apreensão (5,53 dias). Por sua vez, os dados colhidos entre janeiro e julho de 2016 apontam uma nova queda do prazo médio para cumprimento dos mandados em processos físicos – para 5,82 dias, o que corresponde a um recuo de 40,48% em relação a 2015.



Quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônicos, o lapso médio para efetivo cumprimento das diligências pelos oficiais de justiça avaliadores alcançou 7,20 dias em 2015, lapso 25,71% mais célere na comparação com 2014. Dentre esses, o prazo mais elevado foi registrado naqueles classificados como “mandados” (9,56 dias), enquanto os ofícios são as diligências com menor prazo médio de cumprimento (4,99 dias). Por sua vez, as informações colhidas nos sete primeiros meses de 2016 apontam manutenção do tempo médio para cumprimento dos mandados (aumento de 7,20 para 7,23 dias).

#### 4.3.4. Número e percentual de mandados devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso – PROCESSOS FÍSICOS						
	2014		2015		2016 (até julho)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
<b>Busca e Apreensão</b>	11	23,40%	4	23,53%	5	45,45%
<b>Citação</b>	123	32,03%	83	31,44%	27	16,98%
<b>Condução de Testemunha</b>	4	100,00%	1	100,00%	1	50,00%
<b>Notificação</b>	93	29,25%	84	29,27%	20	14,08%
<b>Penhora</b>	211	60,81%	153	50,33%	42	33,07%
<b>Outros</b>	64	19,81%	47	19,83%	7	6,86%
<b>Total Geral</b>	<b>506</b>	<b>35,56%</b>	<b>372</b>	<b>33,51%</b>	<b>102</b>	<b>18,78%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 04.08.2016)

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)						
	2014		2015		2016 (até julho)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
<b>Intimação</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Notificação</b>	224	19,50%	359	23,46%	85	7,91%
<b>Mandado</b>	60	29,56%	168	40,98%	67	13,79%
<b>Ofício</b>	9	8,65%	7	7,69%	7	7,78%
<b>Total</b>	<b>293</b>	<b>20,12%</b>	<b>534</b>	<b>26,29%</b>	<b>159</b>	<b>9,64%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 04.08.2016)

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias, nos casos



de avaliação (§3º do art. 721, c/c o *caput* do art. 888, ambos da CLT). Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, constatou-se que foi significativo o número de mandados cumpridos após o decurso do prazo legal.

**Em relação aos processos físicos**, constatou-se que foram devolvidos 372 mandados após o decurso do prazo legal em 2015, valor correspondente a 33,51% de todos os mandados cumpridos, tendo havido redução em relação aos dados de 2014, cujo percentual de mandados devolvidos com atraso alcançava 35,56% do total de mandados cumpridos. Excluídas as conduções de testemunhas, a penhora foi a espécie de mandados com maior percentual de devolução após o prazo legal em 2015 (50,33%), seguida pelas citações (31,44%). Por sua vez, os dados parciais do ano de 2016 (janeiro a julho) apontam/redução do percentual de diligências cumpridas após o prazo legal nos processos físicos (18,78%).

**Quanto aos mandados emitidos em processos eletrônicos**, constatou-se que 534 foram devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores em 2015, que equivale a 26,29% de todos os mandados cumpridos no período. Dentre essas diligências, aquelas classificadas como “mandados” apresentam maior índice de devolução com atraso (40,98%). Nos sete primeiros meses de 2016, todavia, verifica-se tendência de queda do percentual de mandados de processos judiciais eletrônicos cumpridos intempestivamente.

Relaciona-se no quadro abaixo os mandados que levaram mais tempo para serem cumpridos pela central de mandados de Rio Grande no período de janeiro de 2015 a julho de 2016:

Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos físicos)				
Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0000112-75.2011.5.04.0121	PENHORA	09/12/14	04/02/15	57
0000671-29.2011.5.04.0122	CITAÇÃO	25/11/14	17/01/15	53
0000200-79.2012.5.04.0121	CITAÇÃO	18/11/14	08/01/15	51
0115500-80.1998.5.04.0121	NOTIFICAÇÃO	15/03/16	05/05/16	51
0144000-70.2009.5.04.0122	PENHORA	03/11/15	15/12/15	42
0001199-97.2010.5.04.0122	PENHORA	09/12/14	18/01/15	40
0001475-60.2012.5.04.0122	CITAÇÃO	09/12/14	18/01/15	40
0134000-11.2009.5.04.0122	PENHORA	10/03/15	16/04/15	37
0001421-65.2010.5.04.0122	NOTIFICAÇÃO	20/10/15	26/11/15	37
0000828-68.2012.5.04.0121	CITAÇÃO	15/12/15	21/01/16	37
0121900-37.2003.5.04.0121	PENHORA	03/02/15	11/03/15	36
0028700-94.2008.5.04.0122	PENHORA	18/02/15	26/03/15	36
0000247-84.2011.5.04.0122	BUSCA E	15/12/15	20/01/16	36
0222600-96.1995.5.04.0122	BUSCA E	15/12/15	20/01/16	36
0001010-51.2012.5.04.0122	BUSCA E	15/12/15	20/01/16	36



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

0091100-16.2009.5.04.0121	NOTIFICAÇÃO	13/10/15	17/11/15	35
0018700-21.1997.5.04.0122	PENHORA	10/02/15	16/03/15	34
0027900-71.2005.5.04.0122	PENHORA	07/01/15	09/02/15	33
0000488-27.2012.5.04.0121	NOTIFICAÇÃO	09/12/14	10/01/15	32
0000759-04.2010.5.04.0122	PENHORA	13/11/15	15/12/15	32
0048400-40.2000.5.04.0121	PENHORA	31/03/15	02/05/15	32
0082000-08.2007.5.04.0121	NOTIFICAÇÃO	09/12/14	09/01/15	31
0048700-33.1999.5.04.0122	OUTROS	20/01/15	20/02/15	31
0001700-98.2003.5.04.0121	PENHORA	27/10/15	27/11/15	31
0001224-45.2012.5.04.0121	PENHORA	27/10/15	27/11/15	31

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 04.08.2016)

<b>Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos eletrônicos – PJe)</b>				
Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0020895-43.2015.5.04.0123	Mandado	15/12/2015	11/02/2016	58
0020783-14.2014.5.04.0122	Mandado	11/12/2015	03/02/2016	54
0020370-04.2014.5.04.0121	Notificação	21/11/2014	12/01/2015	52
0020936-07.2015.5.04.0124	Mandado	11/02/2016	31/03/2016	49
0020938-83.2015.5.04.0121	Notificação	07/12/2015	22/01/2016	46
0020170-91.2014.5.04.0122	Notificação	22/07/2015	04/09/2015	44
0020673-75.2015.5.04.0123	Notificação	26/08/2015	08/10/2015	43
0020674-03.2014.5.04.0121	Mandado	21/07/2015	01/09/2015	42
0020307-76.2014.5.04.0121	Mandado	24/07/2015	04/09/2015	42
0020210-67.2014.5.04.0124	Notificação	03/12/2014	13/01/2015	41
0020622-70.2015.5.04.0121	Notificação	28/08/2015	08/10/2015	41
0020731-44.2015.5.04.0102	Notificação	17/12/2015	26/01/2016	40
0020752-28.2013.5.04.0122	Mandado	05/08/2015	10/09/2015	36
0020596-37.2013.5.04.0123	Mandado	17/07/2015	19/08/2015	33
0020168-21.2014.5.04.0123	Mandado	08/10/2015	10/11/2015	33
0020366-58.2014.5.04.0123	Mandado	08/10/2015	10/11/2015	33
0020554-82.2013.5.04.0124	Notificação	18/12/2015	20/01/2016	33





0020784-56.2015.5.04.0124	Notificação	18/12/2015	20/01/2016	33
0020449-71.2014.5.04.0124	Notificação	11/12/2014	12/01/2015	32
0020613-45.2014.5.04.0121	Notificação	11/12/2014	12/01/2015	32
0020603-32.2013.5.04.0122	Mandado	19/03/2015	20/04/2015	32
0020344-03.2014.5.04.0122	Mandado	19/03/2015	20/04/2015	32
0020089-48.2014.5.04.0121	Mandado	21/05/2015	22/06/2015	32
0020736-71.2013.5.04.0123	Mandado	13/06/2015	14/07/2015	31

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 03.08.2016)

#### 4.3.5 Mandados pendentes de devolução com prazo de devolução vencido no sistema informatizado

Mediante consulta ao sistema informatizado inFOR, realizada no dia 03.08.2016, foi constatada a existência de nove mandados pendentes de devolução nos processos físicos com limite legal para sua devolução já ultrapassado.

Mandados em aberto no sistema PROCESSOS FÍSICOS				
Nº Processo	Data da Distribuição	Tipo de documento	Oficial de Justiça	Dias em carga
0000690-98.2012.5.04.0122	05/07/2016	PENHORA	FKNOPP	30
0095900-73.1998.5.04.0121	19/07/2016	PENHORA	FKNOPP	16
0009400-64.1999.5.04.0122	19/07/2016	OUTROS	LCARLOS	16
0085800-93.1997.5.04.0121	19/07/2016	PENHORA	FKNOPP	16
0058300-71.2005.5.04.0121	19/07/2016	PENHORA	FKNOPP	16
0035700-17.2009.5.04.0121	19/07/2016	OUTROS	FKNOPP	16
0069100-68.1999.5.04.0122	19/07/2016	PENHORA	FKNOPP	16
0026900-31.2008.5.04.0122	19/07/2016	PENHORA	GAGULHAM	16
0000627-44.2010.5.04.0122	19/07/2016	PENHORA	MBRATZ	16

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 08.04.2016)

Por sua vez, o sistema PJe-JT, no dia 03.08.2016, apresentava 18 mandados sem registro de cumprimento no prazo.

Mandados em aberto no sistema PROCESSOS ELETRÔNICOS – PJe-JT				
Nº Processo	Data da Distribuição	Tipo de documento	Oficial de Justiça	Dias em carga
0020125-47.2015.5.04.0124	21/06/2016	Mandado	FELIPE MATOZO KNOPP	43



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

0020128-02.2015.5.04.0124	21/06/2016	Mandado	FELIPE MATOZO KNOPP	43
0020099-58.2015.5.04.0121	11/07/2016	Mandado	MARCIO FERNANDO BRATZ	23
0020327-24.2015.5.04.0124	20/07/2016	Mandado	LUIZ CARLOS DE SOUZA	14
0020205-79.2013.5.04.0124	20/07/2016	Mandado	LUIZ CARLOS DE SOUZA	14
0020266-03.2014.5.04.0124	20/07/2016	Mandado	LUIZ CARLOS DE SOUZA	14
0020158-08.2013.5.04.0124	20/07/2016	Mandado	FELIPE MATOZO KNOPP	14
0020158-08.2013.5.04.0124	20/07/2016	Mandado	FELIPE MATOZO KNOPP	14
0020158-08.2013.5.04.0124	20/07/2016	Mandado	FELIPE MATOZO KNOPP	14
0020254-52.2015.5.04.0124	20/07/2016	Mandado	LUIZ CARLOS DE SOUZA	14
0020667-36.2013.5.04.0124	20/07/2016	Mandado	FELIPE MATOZO KNOPP	14
0020710-42.2014.5.04.0122	21/07/2016	Mandado	FELIPE SOLANO MOREIRA MONTEIRO DA FRANCA	13
0020710-42.2014.5.04.0122	21/07/2016	Mandado	FELIPE SOLANO MOREIRA MONTEIRO DA FRANCA	13
0020619-81.2016.5.04.0121	21/07/2016	Notificação	LUIZ CARLOS DE SOUZA	13
0020284-53.2016.5.04.0124	22/07/2016	Mandado	LUIZ CARLOS DE SOUZA	12
0020783-14.2014.5.04.0122	22/07/2016	Mandado	MARCIO FERNANDO BRATZ	12
0020673-49.2013.5.04.0122	22/07/2016	Mandado	FELIPE MATOZO KNOPP	12
0020147-17.2015.5.04.0121	22/07/2016	Mandado	FELIPE MATOZO KNOPP	12

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 03.08.2016)

#### 4.3.6 Número de mandados recebidos e cumpridos por oficial de justiça avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por oficial de justiça avaliador da Central de Mandados de Rio Grande.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Luiz Carlos de Souza</b>						
<b>INFOR</b>						
	<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até julho)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	08	08	02	02	00	00
<b>Citação</b>	75	74	45	46	21	20
<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	65	63	35	37	24	24
<b>Penhora</b>	65	65	46	46	25	25
<b>Outros</b>	86	86	19	19	09	08
<b>Total</b>	<b>299</b>	<b>296</b>	<b>147</b>	<b>150</b>	<b>79</b>	<b>77</b>
<b>PJe-JT</b>						
	<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até julho)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	253	253	221	219	145	146
<b>Mandado</b>	39	39	61	60	75	70
<b>Ofício</b>	30	30	05	05	03	03
<b>Total</b>	<b>322</b>	<b>322</b>	<b>287</b>	<b>284</b>	<b>223</b>	<b>219</b>

<b>Felipe Solano Moreira Monteiro da Franca</b>						
<b>INFOR</b>						
	<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até julho)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	18	18	03	03	02	02
<b>Citação</b>	90	90	34	34	26	25
<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	59	59	50	50	22	22
<b>Penhora</b>	56	56	53	53	23	23



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Outros</b>	44	44	54	54	23	23
<b>Total</b>	<b>267</b>	<b>267</b>	<b>194</b>	<b>194</b>	<b>96</b>	<b>95</b>
<b>PJe-JT</b>						
<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até julho)</b>		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	223	223	282	283	187	181
<b>Mandado</b>	45	45	96	96	91	88
<b>Ofício</b>	23	23	13	13	16	16
<b>Total</b>	<b>291</b>	<b>291</b>	<b>391</b>	<b>392</b>	<b>294</b>	<b>285</b>

<b>Luis Fernando Guerreiro Gonçalves</b>						
<b>INFOR</b>						
<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até julho)</b>		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	05	05	04	04	02	02
<b>Citação</b>	67	66	52	52	22	23
<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	66	64	46	48	27	27
<b>Penhora</b>	70	71	63	63	17	17
<b>Outros</b>	62	62	44	44	13	13
<b>Total</b>	<b>270</b>	<b>268</b>	<b>209</b>	<b>211</b>	<b>81</b>	<b>82</b>
<b>PJe-JT</b>						
<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até julho)</b>		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	201	206	257	259	202	202
<b>Mandado</b>	26	29	65	65	75	75
<b>Ofício</b>	18	18	15	15	06	08



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Total	245	253	337	339	283	285
<b>Márcio Fernando Bratz</b>						
<b>INFOR</b>						
	<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até julho)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	01	01	01	01	01	01
<b>Citação</b>	19	19	60	60	31	31
<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	00	00	02	02
<b>Notificação</b>	21	21	67	67	27	27
<b>Penhora</b>	16	16	69	69	35	34
<b>Outros</b>	19	19	36	36	23	23
<b>Total</b>	<b>76</b>	<b>76</b>	<b>233</b>	<b>233</b>	<b>119</b>	<b>118</b>
<b>PJe-JT</b>						
	<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até julho)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	84	84	363	363	209	209
<b>Mandado</b>	11	11	102	100	100	97
<b>Ofício</b>	07	07	24	24	17	17
<b>Total</b>	<b>102</b>	<b>102</b>	<b>489</b>	<b>487</b>	<b>326</b>	<b>323</b>

<b>Felipe Matozo Knopp</b>						
<b>INFOR</b>						
	<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até julho)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	00	00	08	05	00	03
<b>Citação</b>	00	00	40	40	24	24
<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	00	00	52	52	18	18



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Penhora</b>	00	00	37	37	14	09
<b>Outros</b>	00	00	55	55	19	18
<b>Total</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>192</b>	<b>189</b>	<b>75</b>	<b>72</b>
<b>PJe-JT</b>						
<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até julho)</b>		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	00	00	212	210	140	133
<b>Mandado</b>	00	00	44	43	74	64
<b>Ofício</b>	00	00	19	19	21	21
<b>Total</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>275</b>	<b>272</b>	<b>235</b>	<b>218</b>

<b>Guilherme Agulham</b>						
<b>INFOR</b>						
<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até julho)</b>		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	00	00	01	01	03	03
<b>Citação</b>	00	00	24	24	37	36
<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	00	00	24	24	24	24
<b>Penhora</b>	00	00	21	21	20	19
<b>Outros</b>	00	00	23	23	17	17
<b>Total</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>93</b>	<b>93</b>	<b>101</b>	<b>99</b>
<b>PJe-JT</b>						
<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até julho)</b>		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Intimação</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	00	00	155	154	205	203
<b>Mandado</b>	00	00	37	36	93	92



<b>Ofício</b>	00	00	11	11	27	25
<b>Total</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>203</b>	<b>201</b>	<b>325</b>	<b>320</b>

## **5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CCDF E CDM**

A unidade encontra-se bem organizada. Destaca-se o número expressivo de reclamadas que já tiveram seus dados cadastrais unificados. Cumpre ressaltar que, por ocasião da correição, foi possível constatar o comprometimento da Coordenadora e da Assistente com a instituição, revelando grande senso de responsabilidade na execução das tarefas próprias da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e da Central de Mandados. Além disso, a Unidade auxilia as quatro Varas do Trabalho na realização diária da triagem no PJe.

Por fim, diante do acima relatado, a Unidade merece ser parabenizada pelo excelente trabalho que está realizando.

## **6 RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES**

### **ITEM 4.3.4. (Mandados devolvidos com atraso)**

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR, especialmente em relação aos mandados de penhora.

## **7 PRESENCAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza Diretora e servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 3ª Vara do Trabalho de Rio Grande, das 15h às 16h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Especificamente em relação à Coordenadoria de Controle de Direção do Foro e à Central de Mandados não houve manifestação.

## **8 PRAZO PARA RESPOSTA**

A Coordenadora deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria (exclusivamente pelo *e-mail* [assjcor@trt4.jus.br](mailto:assjcor@trt4.jus.br)) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.



## **9 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade e atenção dispensada pela Juíza Diretora do Foro Simone Silva Ruas, pela Coordenadora Cláudia de Felipe Rodrigues, pela Assistente Karen Christie Louro Mano Marques, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Guy de Bruchard, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional. O presente relatório foi assinado nesta data, 08.09.2016, em razão da participação da Desembargadora Corregedora Regional no Seminário Comemorativo dos 75 anos da Justiça do Trabalho e dos 70 anos do TST, de 24 a 26.08.2016.

**Maria da Graça Ribeiro Centeno**  
**Corregedora Regional**